aPUBH
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

INFORMATIVO

ESPECIAL Nº 8 6 DE SETEMBRO DE 2001

O que reivindicamos

Reajuste salarial

O governo federal vem mantendo, insistentemente, uma política de arrocho salarial do funcionalismo, justificada com base em campanha perversa e orquestrada de desmoralização dos servidores. Lança mão de expedientes como gratificações diferenciadas, legalmente frágeis e passíveis de corte a qualquer momento, à guisa da falta de reajuste há sete anos. Desmonta, de forma selvagem, carreiras estruturadas que já conquistamos. Reajusta gratificações e incorpora a GAE para algumas categorias e para outras não.

GAE – Conquista da greve de 1991

A incorporação da GAE – Gratificação de Atividade Executiva que se traduz em 160% sobre o vencimento básico – ao salário impõe-se como ato de justiça. Essa medida já foi aprovada pela Câmara dos Deputados, por meio da Resolução nº 28, de 1998, e pela Comissão de Isonomia desde 1993 mas, até hoje, não foi cumprida. Passível de corte, a GAE dos servidores técnico-administrativos foi recentemente transformada em GDAE. Somente um percentual de funcionários poderá receber 100% porque sua concessão depende de avaliação.

Incorporação da GED

A incorporação emergencial da GED, em seus valores máximos, aos vencimentos básicos, proventos e pensões para todos os docentes da carreira de 3° grau,constitui elemento importante da pauta de reivindicações do Setor das IFES da ANDES-SN.

Resultado da greve de 1998, a concessão da GED tem desvirtuado a essência do trabalho docente devido a seus critérios produtivistas e quantitativos. Sua natureza gratificadora, por si só, é motivo de preocupação por ser passível de corte, principalmente diante das recentes ofensivas para a redução das despesas da União com pessoal.

Além disso, ao adicionarem-se valores fixos aos níveis diferenciados das classes docentes, introduzem-se injustiças na hierarquização da carreira docente, desestruturando-a e discriminando os aposentados que ficam excluídos dos ganhos integrais da GED.



Não cabe engano sobre as intenções do governo neste ponto, tendo em vista a recente ação do governo extinguindo a GAE para os funcionários e criando a GDAE.

São 48 as IFES em Greve

Incorporação da GID

A GID, que apresenta valores bem inferiores aos da GED, não foi regulamentada pelo MEC. Reivindicamos sua equiparação aos valores da GED uma vez que tanto os professores da carreira de 1° e 2° graus quanto os de 3° grau estão sujeitos aos mesmos critérios de avaliação e realizam a mesma atividade. Como gratificação, a GID está sujeita a corte pelo governo.

Cargo e não emprego O Regime de Emprego Público trará prejuízo a toda Universidade

Atualmente, somos regidos pelo Regime Jurídico Único (RJU) e vemos, a cada dia, nossa condição de trabalho piorar. Para os que vão entrar no Regime de Emprego Público (Lei 9.962/00), regidos pela CLT, impõe-se uma situação de instabilidade, insegurança e competição dentro da lógica mercantilista. Eis as ameaças:

Destruição das conquistas estabelecidas no RJU como:

√ Licença-prêmio
√ Isonomia da carreira docente
√ Aposentadoria integral e paritária
√ Demissão só com justa causa.
√ Para a Universidade significa:
√ Fim da autonomia
√ Desmantelamento do sistema federal de educação superior
√ Fim da indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão
√ Corte de pessoal.
√ Submissão às leis do mercado.

Concurso Público

Após vários anos sem a realização de concurso público para docentes, o governo liberou apenas 2 mil vagas de um total de 8 mil vagas para as universidades. Para a UFMG coube 108 mas existem 400 cargos vagos.

Como podemos aceitar uma avaliação institucional/unidade/departamento se trabalhamos com contingente de professores substitutos e número elevado de horas/aula semanais? Reivindicamos o preenchimento imediato das vagas restantes.

Aposentadoria integral e paritária

Contribuímos para o INSS com valores superiores aos dos trabalhadores da empresa privada e não temos Fundo de Garantia. Reivindicamos 100% da GED incorporada ao salário do professor aposentado e a manutenção da paridade com os professores da ativa. Dados do próprio governo desmentem seu argumento de que a Previdência estaria falida.

Polícia Militar se redime dos atos de violência

Em ofício entregue ao reitor da UFMG no dia 5, o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Álvaro Antônio Nicolau, lamenta os fatos ocorridos na avenida Abraão Caran, no dia 28 de agosto, quando diversos estudantes e servidores foram feridos e alguns detidos. Ele informa que um Inquérito Policial Militar foi aberto e convida um representante da Reitoria a participar do processo de apuração, para que se garanta a sua transparência.Em nome da PM, o comandante promete manter uma "relação amistosa, saudável e profícua" com a Universidade. O ofício foi entregue pelo chefe do Estado Maior da PM, coronel Severo Augusto da Silva Neto, em reunião com o reitor e representantes da APUBH, SIND-IFES e DCE.

ASSEMBLÉIA GERAL DOS PROFESSORES DA UFMG

Dia 11/09- Teça-feira às 9h, no Auditório da Reitoria

IMPRESSO